



O ESTATUTO JURIDICO DOS ANIMAIS
(PROGRAMA – 9 HORAS)

1.ª Sessão - Módulo 1

Perspetiva histórica dos animais no ordenamento jurídico português: o animal como coisa, personalidade e titularidade de “direitos”

- 1.1- A personalidade e titularidade de “direitos”
- 1.2- A evolução da proteção jurídica aos animais não-humanos
- 1.3- As diferentes correntes jurídico-filosóficas: do especismo ao alargamento da ética aos animais não humanos
- 1.4- Critérios: o papel das evidências científicas a respeito da senciência e consciência animal

2.ª Sessão - Módulo 2

As diferentes correntes jurídico-filosóficas

- 2.1- Do especismo ao alargamento da ética aos animais não humanos
- 2.2- No Direito Comparado

3.ª Sessão - Módulo 3

Estatuto Jurídico dos Animais: enquadramento jurídico dos animais não humanos

- 3.1- No direito
- 3.2- Na EU
- 3.3- Em Portugal
- 3.4- Consequências jurídicas dessa transformação

4.ª Sessão - Módulo 4

Principais alterações legislativas

- 4.1. Lei n.º 92/95, de 12 de setembro - A lei de proteção aos animais
- 4.2. Decreto n.º 13/93, de 13 de abril - Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia
- 4.3. Decreto-lei n.º 276/2001, de 17 de outubro materializa com as normas da convenção
- 4.4 - A Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto - Centros de Recolha Oficial de animais (CRO),

5.ª Sessão - Módulo 5

No Direito penal



- i. Antecedentes jurídicos
- ii. Lei n.º 69/2014, de 29 agosto, alterações introduzidas no Código Penal português
- iii. Lei 8/2017, de 13 de Março, estatuto jurídico dos animais;
- iv. Lei n.º 39/2020, de 18 de agosto, que alterou o Código Penal e o Código de Processo Penal
- v. Bem jurídico protegido v. Conceito de animal de companhia
- vi. Crime de Maus Tratos a animais de companhia
- vii. Crime de Abandono de animais de companhia
- viii. Penas acessórias

5.1. - A proteção de espécies protegidas

6.ª Sessão - Módulo 6

Os animais nos tribunais, na família e na administração

6.1- O estatuto jurídico e os tribunais nesta nova dimensão jurídica

6.2- O estatuto jurídico no direito da família

6.3- O estatuto jurídico no arrendamento para habitação

6.4- O papel dos municípios na proteção dos animais de companhia

Conclusões